



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **1001701-42.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS**
 Embargado: **Claudia Regina Martins**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de embargos à execução opostos pelo **Serviço Autônomo de Água e Esgoto-SAAE** em face de **Cláudia Regina Martins**. Aduz o embargante falha nos cálculos da embargada, o que teria gerado excesso na execução, pois não teria utilizado a tabela relativa às Fazendas Públicas.

Intimada, a embargada apresentou resposta impugnando os valores apresentados pelo embargante, alegando que seus cálculos foram efetuados com base na Tabela Prática do TJSP.

Os autos foram remetidos ao contador, cujo laudo foi juntado a fls. 29.

Intimadas as partes para manifestação, a embargada manifestou concordância com os cálculos apresentados pelo contador, quedando-se silente o embargante.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido comporta parcial acolhimento.

A embargada concordou com os calculos do contador laudo, e o silêncio do embargante induz presunção de concordância com o resultado encontrado.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I do CPC e PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, para o fim de determinar que a execução prossiga pelo valor encontrado pela contadoria do Juízo a fls. 29: R\$ 45.044,64, sendo R\$40.949,67 referente ao valor principal e R\$4.0949 referente aos honorários advovaticios, ambos atualizados até 30.08.2013.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Tendo havido sucumbência recíproca, as custas devem ser rateadas, na forma da lei e cada parte arcará com os honorários de seu respectivo patrono.

P.R.Int.

São Carlos, 25 de novembro de 2014.